

# Diário do Legislativo de 05/09/1998

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Romeu Queiroz - PSDB

1º-Vice-Presidente: Cleuber Carneiro - PFL

2º-Vice-Presidente: Francisco Ramalho - PSDB

3º-Vice-Presidente: Geraldo Rezende - PMDB

1º-Secretário: Elmo Braz - PPB

2º-Secretário: Ivo José - PT

3º-Secretário: Marcelo Gonçalves - PDT

4º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

5º-Secretário: Maria Olívia - PSDB

## SUMÁRIO

1 - EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

2 - ATA

2.1 - Reunião de Comissão

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Comissão

## 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO

ATO DO Sr. DIRETOR-GERAL

O Diretor-Geral da Secretaria da Assembléia, no uso de suas atribuições, especialmente o previsto no item 9.14 do Edital nº 2/98 do Concurso Público para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia, na denominação complementar de Consultor, publicado no "Diário do Legislativo" de 3, 6 e 9 de junho de 1998 e tendo em vista o disposto na Lei Estadual nº 11.867, de 28 de julho de 1995, torna público que, por não constar do citado edital a reserva de vaga para pessoa portadora de deficiência, determinada na aludida lei estadual, autorizou a previsão de cláusula editalícia expressa naquele sentido e das adaptações decorrentes, com a conseqüente abertura das inscrições exclusivamente para este fim.

Ficam, outrossim, convalidadas, para a reserva, as inscrições já realizadas por candidatos que se enquadrem na situação descrita pela mencionada lei, que deverão apresentar requerimento para a qualificação no momento oportuno, nos termos do item do edital.

Os procedimentos determinados neste ato não acarretarão prejuízo para o cronograma estabelecido para a realização do concurso em questão.

Diretoria-Geral, 3 de setembro de 1998.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

EDITAL Nº 2/98

Concurso público para o cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Assembléia, na denominação complementar de Consultor, padrão AL-28, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, publicado no "Diário do Legislativo" dos dias 3, 6 e 9/6/98.

De acordo com ato do Sr. Diretor-Geral da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais datado de 3/9/98, ficam abertas as inscrições, no período de 14 a 18/9/98, nos mesmos locais e condições indicados no item 3 do citado edital, exclusivamente para os candidatos portadores de deficiência, conforme previsão da Lei nº 11.867, de 28/7/95.

Nos termos do referido ato, acrescente-se ao Edital nº 2/98 o item 10, abaixo indicado:

10 - Da vaga reservada para portador de deficiência física.

10.1 - Em obediência ao disposto no art. 1º da Lei nº 11.867, de 28/7/98, 1 (uma) vaga prevista no item 1.1 será reservada ao portador de deficiência física.

10.2 - O candidato abrangido pelo disposto na referida lei e que for aprovado na 1º (primeira) etapa do concurso deverá apresentar requerimento de candidatura à vaga de que trata o item anterior, até o 5º (quinto) dia após a divulgação do resultado final de que trata o item 6.4.7 deste edital.

10.2.1 - Tem-se como automático o requerimento a que se refere esse item para os candidatos inscritos no período de 14 a 18/9/98, cuja inscrição fica exclusivamente vinculada à reserva de vaga a que se refere a mencionada Lei nº 11.867, de 1995.

10.3 - Consideram-se deficiências que asseguram ao candidato o direito de concorrer à vaga reservada aquelas conceituadas na medicina especializada mediante laudo médico, de acordo com os padrões mundialmente estabelecidos e que constituam inferioridade que implique grau acentuado de dificuldade para integração social.

10.4 - Quando convocados, esses candidatos serão submetidos à perícia médica realizada por junta oficial da Assembléia Legislativa, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como deficiente físico e sobre o grau de aptidão para o exercício do cargo.

10.5 - Na falta de candidatos aprovados para a vaga reservada ao deficiente, esta será preenchida por outro concursado, com estrita observância da ordem classificatória.

Diretoria-Geral, T:\doc\29\29029#T:\modelos\Matéria para o Diário do Legislativo4 de setembro de 1998.

## Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de medicamentos falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos no estado

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Wilson Pires, Adelmo Carneiro Leão, Irani Barbosa e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Wilson Pires, declara abertos os trabalhos e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Irani Barbosa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência esclarece que a finalidade da reunião é a apreciação do cronograma dos trabalhos da Comissão e passa a palavra ao relator, Deputado Adelmo Carneiro Leão, que apresenta a sua sugestão de trabalho. Durante a discussão do cronograma, o Deputado Irani Barbosa propõe algumas alterações na ordem das pessoas a serem ouvidas, o que é acatado pelo relator. Colocado em votação, o cronograma é aprovado, com os seguintes depoentes: dia 2/9/98 - o Superintendente da Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde, os Coordenadores da Vigilância Municipal e do Núcleo de Processamento de Informações sobre Remédios Falsificados da Polícia Federal de Minas Gerais e o Diretor da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais; dia 9/9/98 as Presidentes do Conselho Regional de Farmácia de Minas Gerais e do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais, o Superintendente-Geral da Fundação Ezequiel Dias, o Coordenador do PROCON de Belo Horizonte e a Chefe da Delegacia Especializada de Ordem Econômica; dia 16/9/98 - vítimas de remédios falsificados; dia 23/9/98 - vítimas de remédios falsificados; dia 30/9/98 o Secretário de Estado da Saúde e o Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; dia 7/10/98 os Presidentes da Associação Médica de Minas Gerais, do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e do Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; dia 14/10/98 - o Superintendente-Geral da FHEMIG e os Diretores do Hospital das Clínicas e do Instituto Raul Soares; dia 21/10/98 - o Presidente da Associação dos Hospitais Particulares de Minas Gerais, os Diretores da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e dos Hospitais Felício Rocho e Hélio Angotti, da Associação de Combate ao Câncer; dia 28/10/98 - os proprietários da Ação Distribuidora de Medicamentos de Belo Horizonte; da Distribuidora Dinâmica Medicamentos Ltda., de Belo Horizonte; da Distribuidora Opção Comércio de Medicamentos Ltda., de Paracatu; da Distribuidora Centro Cirúrgico Ltda. e o Presidente da Federação das Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas de Minas Gerais; dia 4/11/98 - os proprietários da Acess Distribuidora Farmacêutica, da Minas Prata Distribuidora, da Endoterápica Laboratório, da Distribuidora Hospitalar Ltda. e da Master Distribuidora; dias 11, 18 e 25/11/98 - elaboração do relatório final; dia 2/12/98 - apreciação do relatório final. O Presidente indaga aos membros da Comissão se há alguma proposição a ser apresentada. O Deputado Adelmo Carneiro Leão, com a palavra, apresenta requerimentos solicitando seja enviado ofício ao Procurador-Geral de Justiça, Sr. Epaminondas Fulgêncio Neto, para que indique membros das Promotorias de Defesa do Cidadão-Consumidor e de Defesa da Ordem Econômica e Tributária, para acompanharem os trabalhos desta CPI; seja enviado ofício ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - seção de Minas Gerais, Sr. Marcelo Leonardo, para que indique um representante da instituição para acompanhar os trabalhos da CPI; seja enviado ofício aos Superintendentes da Vigilância Sanitária Federal, Estadual e do Município de Belo Horizonte, pedindo as listas oficiais de remédios, com o nome do respectivo laboratório fabricante e o número do lote onde foram constatadas falsificações; e seja divulgado, nos meios de comunicação de que a Casa dispõe, o número do serviço chamado Fale com as Comissões, telefone 290-7828, para que a população, durante o funcionamento desta CPI, possa fazer denúncias e fornecer informações acerca da falsificação de medicamentos, desde que a pessoa se identifique. O Deputado Sebastião Helvécio apresenta requerimento solicitando seja enviada a esta Comissão a relação de medicamentos falsos levantados pelo PROCON da Assembléia. Colocados em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 1998.

Wilson Pires, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Irani Barbosa - Carlos Pimenta.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 404ª reunião ordinária, em 8/9/98

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos

Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 744/96, do Deputado Leonídio Bouças, que dispõe sobre o registro estatístico dos índices de violência e criminalidade no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre o Projeto de Lei nº 1.386/97, do Deputado Arnaldo Penna, que assegura matrícula para portadores de deficiência locomotora na escola pública mais próxima de sua residência. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 2.502/98, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado pedido de informações ao Secretário da Segurança Pública sobre o atraso na construção da nova cadeia pública de Uberlândia, o prazo para sua inauguração e as mudanças feitas no projeto de construção, decorrentes da CPI do Sistema Penitenciário. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 2.549/98, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado pedido de informações à Defensoria Pública do Estado sobre a lista de Defensores Públicos com as respectivas lotações discriminadas por município, bem como a lista dos Defensores ocupantes de função pública e a cópia dos convênios realizados com as Prefeituras. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nº 1 e 2, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.761, que estabelece diretrizes para o sistema prisional do Estado e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.462/97, do Deputado Anderson Adauto, que dispõe sobre a implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, de que trata a Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.398/97, da CPI do Sistema Penitenciário, que altera a Lei nº 11.660, de 2/12/94, que reorganiza o Departamento Estadual de Obras Públicas e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.859/98, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, as alienações das terras devolutas que especifica. Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Política Agropecuária e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 547/95, do Deputado João Leite, que cria o Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais. As Comissões de Justiça e de Saúde perderam prazo para emitir parecer. A Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais opinou por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Direitos Humanos, que opina pela aprovação do Substitutivo nº 2 com as Emendas nºs 2 e 3, que apresenta, ficando prejudicado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, e a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, da Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.614/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, que acrescenta dispositivo à Lei nº 12.708, de 29/12/97, que dispõe sobre o Programa de Fomento ao Desenvolvimento das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/98, do Deputado Gilmar Machado, que dispõe sobre o pagamento da remuneração dos servidores públicos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.761/98, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Astolfo Dutra. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 627/95, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a conservação das nascentes naturais e o saneamento dos cursos d'água e lagos do domínio estadual e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.186/97, do Deputado Raul Lima Neto, que dispõe sobre a proibição do uso dos cerrados e dos cerrados secundários do domínio estadual para fins de carvoejamento. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.290/97, do Deputado José Militão, que dá nova redação ao art. 74 da Lei nº 11.406, de 28/1/94. Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.403/97, do Deputado Ibrahim Jacob, que institui o Conselho Regional de Trânsito e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.442/97, do Deputado Marcos Helênio, que dispõe sobre a obrigatoriedade de o poder público comunicar a requisição de força policial para reintegração de posse nos casos e nas condições que especifica. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.700/98, da CPI para Investigar a Falta de Repasses do Tesouro Estadual do IPSEMG, que dispõe sobre o Conselho de Beneficiários do IPSEMG. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 13.807, que dispõe sobre renúncia do servidor público do Estado à aposentadoria. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 96ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 14h30min do dia 8/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.203/97, da Deputada Maria José Hauelsen.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 8/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 15h30min do dia 8/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.774/98, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 1.797/98, do Deputado Cleuber Carneiro; 1.714/98, do Deputado Ermano Batista; 1.783/98, do Deputado Miguel Martini; 1.791 e 1.794/98, do Deputado Paulo Schettino; 1.773/98, do Deputado Romeu Queiroz; 1.776 e 1.786/98, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 9h30min do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.617/98, do Deputado Jorge Hannas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.785/98, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.775/98, do Deputado Francisco Ramalho; 1.796/98, do Deputado Wanderley Ávila.

Requerimentos nºs 2.670/98, do Deputado Bené Guedes; 2.668/98, do Deputado Gilmar Machado; 2.665/98, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 9h30min do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da comissão parlamentar de inquérito para, no prazo de 120 dias, apurar a entrada de Medicamentos Falsos na rede hospitalar pública e privada, bem como a comercialização dos mesmos no estado, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Convidados: Sras. Renata Loiola Souto, Presidente do Conselho Regional de Farmácia e Samira Nadim Abou-yd, Diretora do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais; Srs. Roberto Porto Fonseca, Superintendente Geral da FUNED; Rodrigo Botelho Campos, Coordenador do PROCON de Belo Horizonte; e Marco Aurélio Lopes dos Santos, Delegado Adjunto da Delegacia Especializada de Ordem Econômica.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.810/98, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 101ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública, a realizar-se às 10 horas do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.479/97, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 9/9/98

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Finalidade: discutir assuntos de interesse da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 13.822

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ajalmar Silva, Leonídio Bouças, Antônio Júlio e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/9/98, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 4 de setembro de 1998.

**Marcos Helênio, Presidente "ad hoc".**

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/8/98, o Sr. Presidente, nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, assinou o seguinte ato:

exonerando Jaques Alberto Lage do cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Xerox do Brasil Ltda. Objeto: locação de 2 publicadoras com licenciamento de uso de programa e manutenções preventiva e corretiva. Objeto deste aditivo: manutenção de preço.